

## Multiculturalismo e Infâncias Negras: perspectivas sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais

*Multiculturalism and Black Childhoods: sociological perspectives on Education for Ethnic-Racial Relations*

Vitória Luiza Linné Nobre<sup>1</sup>  
Hasani Elioterio dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo investiga a área de estudo e intervenção política das infâncias negras com um foco na sociologia e na educação para as relações étnico-raciais. Com base em W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon e Petronilha B. Gonçalves e Silva, discutimos os processos de racialização que ocorrem na infância e os desafios e oportunidades para a construção de uma educação multicultural no Brasil. Nesse sentido, destacamos a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes da Educação das Relações Étnico-raciais, além das tensões e articulações existentes na atuação política e produção acadêmica na formulação de políticas educacionais voltadas às relações étnico-raciais, ressaltando as lacunas nos estudos sociológicos sobre infâncias negras e a necessidade de abordagens que considerem as dinâmicas de exclusão e resistência existentes no Estado brasileiro, especialmente no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Educação. Infâncias Negras. Relações Étnico-Raciais. Sociologia. Multiculturalismo.

**Abstract:** This article aims to investigate the study and political intervention of black childhoods with a special focus on sociology and education for ethnic-racial relations. Based on authors such as W.E.B. Du Bois, Frantz Fanon, and Petronilha B. Gonçalves e Silva, we discuss the processes of racialization that occur in childhood and the challenges and opportunities for the construction of multicultural education in Brazil, highlighting the importance of Law 10.639/2003 and the Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations. We also analyze the tensions and articulations in political action and academic production in formulating educational policies aimed at ethnic-racial relations. Finally, we highlight the gaps in sociological studies on black childhoods and the need for approaches that consider the dynamics of exclusion and resistance in the Brazilian State, especially at school.

**Keywords:** Education. Black Childhoods. Ethnic-Racial Relations. Sociology. Multiculturalism.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. ORCID: [0009-0006-8454-0654](https://orcid.org/0009-0006-8454-0654) - E-mail: [vitorialinne@estudante.ufscar.br](mailto:vitorialinne@estudante.ufscar.br).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. ORCID: [0000-0003-1183-7466](https://orcid.org/0000-0003-1183-7466) - E-mail: [hasanisantos@gmail.com](mailto:hasanisantos@gmail.com).



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

### **Introdução**

A educação brasileira tem sido palco de disputas históricas, refletindo as mudanças na produção de conhecimento e na política do país. Esse deslocamento encontrou eco na abertura democrática e no fortalecimento das políticas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Foi nesse contexto da transição dos anos 1990 para os anos 2000 que ocorreram mudanças significativas, com marcos normativos como a Lei 10.639/2003 e suas diretrizes, que tornaram o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica obrigatório, haja vista o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004.

Diante disso, captamos como as mudanças na sociedade brasileira refletem e acompanham as transformações paradigmáticas da produção de conhecimento científico, demonstrando como produção de conhecimento, política e mobilização social se articulam na construção de um novo horizonte educacional. Na primeira parte do texto descrevemos os principais temas que emergem na sociologia das infâncias a partir de autores como Durkheim, Foucault e Bourdieu, por exemplo. Argumentamos que devido às demandas populares recentes pós-Constituição Federal de 1988 - em relação às infâncias e à educação, em uma perspectiva multicultural, o horizonte de possibilidades se expandiu, e com isso há também uma demanda por ampliação dos quadros teóricos e metodológicos para trabalharmos com as infâncias e a educação na sociologia.

Na segunda parte do texto mobilizamos outras indicações teóricas e metodológicas para pensar uma educação multicultural com enfoque nas infâncias a partir dos trabalhos de Du Bois, Fanon e Petronilha Gonçalves e Silva. Destacamos os pontos em comum entre os autores e a autora e pensamos formas de associação entre eles a partir dos seus conceitos. Destacamos também duas passagens de Du Bois e Fanon em que o processo de racialização é expresso por ações de duas crianças. E por fim há um breve exercício descritivo e analítico feito com base em um levantamento bibliográfico (ainda em andamento) sobre o tema das infâncias negras. Os objetivos do



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

trabalho de levantamento bibliográfico são os seguintes: a) apresentar empiricamente a insuficiência da produção sociológica no tema; b) indicar que essa lacuna na sociologia causa impactos no desenvolvimento de políticas educacionais; c) compreender o marco temporal em que há um crescimento de publicações no tema como o momento da implementação da Lei 10.639/2003 e suas diretrizes.

### **A Sociologia e as Infâncias: representação social, regulação e instituições sociais**

O tema das representações sociais é um tema clássico na área da sociologia. Os trabalhos de Durkheim, por exemplo, apresentam uma das discussões fundantes da disciplina - a ligação que há entre a estrutura e o pensamento, de maneira com que o pensamento estruturado nos preceda e influencie. Em *As formas elementares da vida religiosa* (1989), Durkheim faz uma incursão analítica para mostrar a funcionalidade que há entre consciência coletiva e as representações coletivas para a organização da sociedade moderna.

No que se refere às representações sociais e às infâncias, Durkheim pensou no papel da educação na formação moral das crianças. A infância, nessa perspectiva, é vista como um período fundamental de socialização, importante na transmissão de normas e valores coletivos. A educação e o processo de socialização da criança são fatos sociais que se constituem em uma estrutura externa que se impõe coercitivamente. Desde cedo, as crianças são submetidas a normas e regras que regulam seus comportamentos e formam seus valores, ensinando-lhes como agir dentro da sociedade. Esse processo ocorre de maneira sistemática para garantir a integração e a coesão do corpo social.

Nesse sentido, a escola e a família são as instituições responsáveis por esse controle social da infância, compreendida como um período intensamente regulado pelas instituições sociais. O tema da infância é trabalhado nessa perspectiva, dando atenção especial às instituições reguladoras, às representações coletivas e aos conjuntos de valores a serem transmitidos para as crianças.

Outra perspectiva, que também destaca as funções das instituições sociais e as



## Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

representações sociais, é a trabalhada por Michel Foucault, que em seu texto de compilação de aulas no *Collège de France, Em defesa da Sociedade* (1999), faz um exercício analítico de entender a história como um mecanismo que operacionaliza o poder, visto que o discurso histórico narra a glória dos vencedores e a derrota dos perdedores, realizando a manutenção da dominação. Nesse sentido, *ideias e representações sociais* são formas de posicionar o sujeito nos trilhos da narrativa histórica.

Práticas como a vigilância, regras de comportamento e métodos avaliativos fazem parte de formas sutis e cotidianas de controle que moldam os indivíduos desde a infância. Essas práticas são sempre consideradas quando a discussão passa pela compreensão do Estado e outras instituições sociais na regulação da vida humana. No caso das crianças, isso se manifesta em políticas de saúde, educação e proteção infantil, que buscam garantir o crescimento e o desenvolvimento das novas gerações de acordo com padrões específicos. Práticas médicas e psicológicas que definem o que é uma "infância saudável" ou um "comportamento adequado" fazem parte do que Foucault chamou por biopolítica. O que parece ser uma preocupação com o bem-estar infantil também pode funcionar como um mecanismo de controle e regulação do corpo.

Pierre Bourdieu (2007), por sua vez, explora as representações sociais ao falar do *habitus*, ou seja, a incorporação de práticas culturais transmitidas por uma determinada classe, constituindo a unidade originária das disposições de comportamento e ação frente a uma determinada situação. O *habitus* conta com esquemas de classificação da realidade e práticas que lhe acompanham. Nessa perspectiva, os gostos e preferências atuam com base em distinções duais, resultantes da contraposição entre *dominantes* e *dominados*. Tanto as posições sociais quanto o *habitus* correspondente são determinados pelo *capital material* e o *capital simbólico*.

Família e escola, portanto, são compreendidas como mercados simbólicos, uma vez que são nesses espaços que ocorrem a transmissão de valores, competências e práticas entre os grupos de indivíduos. Os conceitos de *habitus* e *campo* ajudam a pensar



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

as relações entre os condicionamentos sociais externos e as subjetividades individuais, conectando estrutura e indivíduo. O valor simbólico do diploma escolar, por exemplo, serve para a manutenção da ordem social. A obtenção do diploma fixa as disposições dominantes, visto que se trata de uma delegação que simbolicamente separa os menos competentes e favorece os mais competentes, ou separa os menos instruídos dos mais instruídos (Bourdieu, 2007).

Em todas essas três perspectivas convencionais da Sociologia vemos o enfoque analítico nas instituições sociais e nos processos de socialização e regulação (ou controle) nas discussões sobre as infâncias. Entretanto, algumas dúvidas permanecem, como: o que ocorre quando identificamos interdições, rejeições nos processos de socialização e dificuldades de acesso pleno a determinadas instituições? Como compreender o papel da segregação e do processo de racialização nas infâncias? Como a Sociologia tem pensado o tema das infâncias, considerando não somente as disputas por reprodução de valores e comportamentos a se tornarem dominantes, mas também a partir das dificuldades de acesso a instituições, de tratamentos diferenciais e da rejeição?

No caso brasileiro, há de se destacar que as demandas que emergiram com a promulgação da Constituição Federal de 1988 caracterizam ainda mais a necessidade da educação em uma perspectiva multicultural. A diversidade cultural, nesse contexto da segunda metade do século XX, aparece como uma discussão política fundamental das sociedades contemporâneas, que embora sejam em sua maioria diversas culturalmente, apenas algumas são multiculturais (Parekh, 1999; 2001). Um dos grandes desafios contemporâneos é o de pensar em aportes teóricos e práticas políticas que considerem as sociedades multiculturais. Desse modo, a próxima seção trata de tentar responder estas perguntas a partir de outra matriz teórica e metodológica, trabalhando com as infâncias negras e o multiculturalismo, com as contribuições de Du Bois (1897), Fanon (2008) e Petronilha Gonçalves e Silva (2018).



## Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

### Educação multicultural e as Infâncias Negras

O sociólogo W.E.B Du Bois, em *Strivings of the Negro People* (1897), descreve um momento de sua infância, quando ele participou de uma troca de cartões entre os colegas de escola. Tudo ia bem até que uma menina branca, recém-chegada, recusou aceitar seu cartão com um olhar de rejeição. Esse momento foi um ponto de virada para o autor, pois revelou a existência de uma barreira invisível, que ele chama de “um vasto véu” separando-o dos outros.

Lembro-me bem quando a sombra passou por mim. Eu era muito jovem, lá nas colinas de New England [...]. Em uma pequena escola de madeira, alguém colocou na cabeça dos meninos e meninas a ideia de comprar lindos cartões de visita — dez centavos o pacote — e trocá-los. A troca foi alegre, até que uma menina, uma recém-chegada alta, recusou meu cartão — recusou-o peremptoriamente, com um olhar. Então, de repente, percebi que eu era diferente dos outros; ou como, talvez, em coração, vida e desejo, mas excluído de seu mundo por um vasto véu (Du Bois, 1897, p. 194, tradução nossa).<sup>3</sup>

Du Bois apresenta dois conceitos centrais nessa passagem, o *Véu* e a *Dupla consciência*. O *Véu* simboliza tanto a exclusão social quanto a visão distorcida que a sociedade branca tem sobre os negros. E o conceito de *dupla consciência* traduz a sensação de ter uma identidade cindida. Para ele, isso significa viver constantemente com a percepção distorcida de si. Trata-se de um *self* dividido entre um pertencimento negro e outro americano, vivendo num mundo branco. Essa passagem de Du Bois ilustra como negros nos EUA são confrontados com sua diferença e exclusão desde a infância.

É inegável a importância de Du Bois no entendimento de como o conceito de *raça* foi operacionalizado durante os séculos XIX e XX (Santos, 2024). A discussão sobre o critério sócio-histórico e cultural da categoria *raça* e seu efeito psicossocial nos indivíduos racializados como negros já estava em textos como *The Conservation of Races*

---

<sup>3</sup> Original: "I remember well when the shadow swept across me. I was a little thing, away up in the hills of New England [...]. In a wee wooden schoolhouse, something put it into the boys' and girls' heads to buy gorgeous visiting-cards — ten cents a package — and exchange. The exchange was merry, till one girl, a tall newcomer, refused my card, — refused it peremptorily, with a glance. Then it dawned upon me with a certain suddenness that I was different from the others; or like, mayhap, in heart and life and longing, hut shut out from their world by a vast veil" (Du Bois, 1897, p. 194).



## Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

(1897) e *The Souls of Black Folk* (1903) de Du Bois. Podemos traçar, a partir dele, uma “linhagem de descendência” que leva negros e africanos a desenvolverem projetos de vida em um mundo organizado pelo racismo (Appiah, 2014). Nesta mesma tradição, identificamos o psiquiatra martinicano Frantz Fanon, que elaborou o diagnóstico da sociogênese em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008) atualizando o argumento duboisiano.

É possível articular Du Bois e Fanon em uma mesma tradição para pensar uma matriz teórica e metodológica para a sociologia das infâncias negras, tendo em vista que Fanon realizou uma análise sobre a experiência do negro no mundo branco, que pode dialogar com as noções de *dupla consciência* e *segunda visão*, formuladas por Du Bois. Ambos os autores evidenciaram como o sujeito negro é continuamente levado a se enxergar pelo olhar do outro:

Depois tivemos de enfrentar o olhar branco. Um peso inusitado nos oprimiu. O mundo verdadeiro invadia o nosso pedaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas [...]. Lenta construção de meu eu enquanto corpo, no seio de um mundo espacial e temporal, tal parece ser o esquema (Fanon, 2008, p. 104).

No trecho, Fanon explica como o sujeito negro, ao entrar no mundo branco, encontra dificuldades, uma vez que sua relação com o próprio corpo não é imediata, mas mediada por um olhar externo que o objetiva. Esse deslocamento de perspectiva, do conhecimento interno para uma percepção em terceira pessoa, provoca um estado de distanciamento e estranhamento em relação ao próprio corpo, experiência que, segundo o autor, não se restringe ao plano psicológico, mas se manifesta concretamente na forma como o corpo negro se movimenta, ocupa o espaço e ajusta seus gestos para corresponder às expectativas e restrições impostas pelo olhar branco.

O impacto desse processo na infância é particularmente violento. A experiência infantil negra se vê marcada por um duplo fardo, a descoberta de si mesma e a imposição de um olhar externo que a limita. Assim, desde cedo, as crianças negras são forçadas a tomar consciência da racialização de seus corpos, processo que se dá nas interações



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

cotidianas. A esse respeito, o episódio da troca de cartões narrado por Du Bois ressoa na cena relatada por Fanon, em que, a bordo de um trem na França, o autor é interpelado pelo grito amedrontado de uma criança branca: “Olhe, um preto!” (Fanon, 2008, p. 103).

A criança o aborda reproduzindo o que aprendeu socialmente sobre corpos negros. Assim como Du Bois, Fanon ilustra como a infância também opera na chave da racialização. Fanon percebe que o olhar de uma criança o fez chegar a conclusão de que não é apenas um indivíduo, mas um corpo marcado pela racialização: “Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos” (Fanon, 2008, p. 103).

Fanon interpreta esse momento como uma ruptura ontológica, em que em vez de se perceber como sujeito, vê-se como um objeto sob o olhar branco. Para ele, essa transformação é resultado de um processo sociogenético mais amplo, no qual a racialização é construída historicamente e reproduzida socialmente. Assim, a subjetividade negra não se constitui apenas por processos internos, mas é moldada por processos sociais que impõem limites à sua existência e experiência no mundo. Os efeitos da racialização não podem ser explicados apenas por fatores biológicos (*filogenéticos*) ou por processos individuais de desenvolvimento (*ontogenético*) (Fanon, 2008).

A partir dessas passagens de Du Bois e Fanon percebemos que o processo de racialização também se manifesta nos primeiros anos de vida, influenciando os modos com que as crianças experienciam seus corpos e enxergam umas às outras (e até mesmo outros adultos). As duas passagens são exemplares, também, ao mostrar como o sentido da visão informa as relações sociais. A visão é um mecanismo potente no processo de transformar o corpo negro em objeto. O processo de racialização que ocorre na infância informa os modos com que percebemos nossas possibilidades de pertencimento e construímos nossos horizontes de expectativas. Portanto, notamos que as infâncias são vividas e experienciadas de maneiras distintas, levando em conta os diferentes processos



## Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

de racialização que as constituem.

Isso nos leva a pensar no contexto brasileiro, em que a educadora e pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2018) se destaca por sua contribuição no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Sua obra se insere em um momento de reconfiguração das políticas educacionais brasileiras, especialmente no período da abertura democrática e na transição para o novo milênio, constituindo um novo marco teórico e normativo fundamental para a compreensão da educação no Brasil.

O conceito *enegrecer*, proposto por Gonçalves e Silva, surge como uma alternativa para educação brasileira. Para a autora, essa “[...] é a maneira própria de os negros se porem no mundo ao receberem o mundo em si” (Silva, 2018, p. 346), sendo uma forma de interação que não implica em renunciar à identidade negra, mas em refletir sobre o seu papel na sociedade brasileira.

*Enegrecer* mostra-se essencial para a construção da autopercepção. Essa concepção se traduz em um movimento de resistência e afirmação, que vai além da rejeição ou exclusão, afirmando as raízes africanas e culturais do sujeito, sendo também “[...] a face a face em que negro e branco se espelham, se comunicam, sem deixar de ser o que cada um é” (Silva, 2018, p. 346). Assim, *enegrecer* oferece uma alternativa que busca criar ambientes educacionais que reconheçam as histórias de negros e africanos, valorizando diferentes experiências, tradições e culturas.

Essa ideia está intimamente relacionada à afirmação das *africanidades brasileiras*, uma vez que envolve o reconhecimento e a valorização das heranças africanas presentes na cultura brasileira. A autora, com base em Lourdinha Siqueira, define essas *africanidades* como “[...] os modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros” e “[...] as marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia” (Silva, 2018, p. 346). Esse reconhecimento se traduz na valorização e inclusão dessas práticas no currículo educacional como forma de equacionamento das assimetrias de poder que historicamente invisibilizaram as contribuições afro-brasileiras.



## Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

Nesse âmbito, vale a pena apontarmos que apenas com a Constituição de 1988 houve um avanço significativo nesse sentido. Ao definir o racismo como crime inafiançável e imprescritível conforme disposto no artigo 5º, inciso XLII, da *Carta Magna* (Brasil, 1988), abriu-se caminho para a criação de instituições, como a Fundação Cultural Palmares (1988), e a promulgação de legislações como a Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas do país. Inserida nesse contexto de lutas e conquistas do Movimento Negro, a trajetória de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva se destaca tanto na produção acadêmica quanto na formulação de políticas educacionais voltadas à valorização da história e cultura afro-brasileira.

Sua atuação no Conselho Nacional de Educação (CNE), entre 2002 e 2006, representou um marco histórico, simbolizando o reconhecimento da necessidade de uma transformação curricular para o combate ao racismo na educação. Como relatora do Parecer CNE/CP nº 03/2004, a autora desempenhou um papel central na sistematização da Resolução CNE/CP nº 01/2004, que regulamentou a implementação da Lei nº 10.639/2003, consolidando a articulação entre educação, justiça social e políticas afirmativas.

As *africanidades brasileiras* e seus usos políticos na educação brasileira se interligam aos *valores de refúgio*, ao passo que ambos tratam da resistência e da permanência das matrizes africanas na sociedade brasileira diante da violência histórica do colonialismo. Esses são “[...] valores que sobrevivem à opressão da escravidão, da colonização, do racismo”, e que, apesar dessas circunstâncias, “[...] se constituem possibilidades de proteção, segurança, fundamento para viver, pensar, construir” (Silva, 2018, p. 346).

Dessa forma, na educação das infâncias negras, os *valores de refúgio* são fundamentais para a construção de uma pedagogia crítica, que reconhece e valoriza os saberes ancestrais e as tradições africanas, evidenciando que aqueles não são apenas conteúdos a serem transmitidos, mas princípios que orientam os modos de ser, agir e



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos

pensar dos brasileiros.

Embora a infância seja frequentemente concebida como um período de dependência e formação inicial em um sistema estruturado, tais *valores de refúgio* revelam que as crianças negras, ao crescerem em um contexto de resistência, são também portadoras e reprodutoras desses saberes. Assim, elas não apenas recebem a cultura, mas a transformam e a reafirmam, contrariando a frequente ideia de passividade e neutralidade da infância.

Por fim, fica evidente que as ideias de *enegrecer*, *africanidades brasileiras* e *valores de refúgio* convergem para a valorização das identidades negras e africanas em diferentes Estados Nacionais. No que diz respeito à ERER, esses conceitos são fundamentais para promover uma pedagogia que reconheça e reafirme a presença e a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na construção da sociedade brasileira, implicando em uma mudança profunda na forma como o conhecimento é produzido, valorizado e transmitido e criando novas formas de agir, pensar e sentir em relação à cultura e herança africana no Brasil.

Esta discussão aponta para uma possibilidade da Sociologia articular diferentes ferramentas teóricas e metodológicas que ajudem a analisar, compreender e combater os processos de rejeição e interdição - na chave da racialização - na relação que indivíduos têm com as instituições sociais. Se os efeitos das políticas de representação e a dinâmica entre indivíduo e instituições sociais são temas fundamentais das Ciências Sociais, um breve levantamento bibliográfico sobre o tema das infâncias negras mostrará as oportunidades que a Sociologia tem para analisar e compreender algumas das principais demandas políticas contemporâneas relacionadas a estes temas no Brasil.

### **Infâncias Negras na Sociologia: mapeamento bibliográfico, lacunas e perspectivas**

Em relação ao trabalho de revisão de literatura sobre as infâncias negras, procuramos mapear e analisar a produção acadêmica sobre o tema na área da Sociologia da Infância. Buscamos, também, investigar como os processos de racialização das



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

experiências infantis têm sido abordados na literatura e quais lacunas persistem na produção científica até este momento.

A escolha dos descritores e palavras-chave utilizados na pesquisa reflete a centralidade das instituições e dos marcos normativos na forma como a infância é concebida e regulamentada. Termos como “primeira infância”, “direitos”, “cidadania” e “sujeitos de direito” indicam que grande parte das discussões sobre infância se constituem em torno da atuação do Estado e de seus mecanismos regulatórios. A intermediação e interpretação das experiências infantis por essas estruturas reforça a ideia de que as infâncias são profundamente atravessadas por dinâmicas de poder que demarcam quais infâncias são reconhecidas, protegidas e valorizadas no contexto social e jurídico.

No entanto, mesmo diante da presença marcante de conceitos jurídicos e institucionais, os termos “raça”, “racialização”, “negro”, “crianças negras” e “infância negra” ainda ocupam um espaço esquecido nos debates acadêmicos sobre as infâncias. A invisibilização dessas categorias não é acidental; pelo contrário, resulta de um processo histórico de apagamento das dimensões raciais na análise da infância, ligado à construção da identidade nacional brasileira, alicerçada na ideia de democracia racial.

Ao negar sistematicamente os impactos persistentes do racismo na vida cotidiana, a literatura, de modo geral, ainda reforça a noção de uma infância universalizada, desconsiderando as desigualdades que marcam a experiência das crianças negras. Isso se reflete tanto na ausência do reconhecimento dos processos de racialização na produção de conhecimento e na formulação de políticas sobre/das infâncias quanto na dificuldade em reconhecer as diferenças que atravessam as vivências infantis.

Assim, o silenciamento das discussões sobre a articulação entre infâncias e os processos de racialização na Sociologia não apenas evidencia limites epistemológicos, mas também impacta a própria dinâmica de produção e circulação do conhecimento. Diante desse cenário, a revisão bibliográfica realizada chegou à somatória de 686 textos,



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

buscando mapear como a literatura acadêmica tem abordado - ou negligenciado - essas questões. O levantamento abrangeu o período de 1991 a 2024 e foi conduzido em três bancos de dados: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reuniu 211 textos; o Scientific Electronic Library Online (SciELO), com 17 textos; e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que concentrou a maioria dos resultados, totalizando 458 textos.

A análise temporal das publicações acadêmicas revela que, entre 1991 e 2005, a produção sobre infâncias negras foi bastante escassa, com apenas seis textos identificados nesse período, refletindo a invisibilidade dessas no campo acadêmico durante grande parte do século XX. No entanto, a partir de 2013, observamos um crescimento gradual na produção científica, com picos notáveis em 2019 (93 textos), 2022 (94 textos) e 2023 (98 textos). Esse aumento coincide com a intensificação do debate sobre direitos humanos, políticas públicas e relações étnico-raciais no Brasil, especialmente após as políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras.

O crescimento da produção acadêmica e no debate público acompanha o aprofundamento das discussões sobre a proteção da infância e a necessidade de políticas públicas voltadas para a equidade racial. A partir da década de 2000, políticas como a Lei 10.639/2003 e suas diretrizes impulsionaram a visibilidade das infâncias negras tanto na discussão científica quanto na prática política. Isso se reflete no levantamento bibliográfico, que aponta um aumento expressivo na produção a partir da década de 2010, quando a lei completou dez anos de vigência.

Entretanto, a análise da produção acadêmica sobre infâncias negras revela uma significativa discrepância entre as áreas do conhecimento. A Educação se destaca como o campo predominante, com 313 textos, representando 45,6% do total. As Ciências Sociais, por sua vez, contribuíram com apenas 22 textos (3,2%). Consideradas separadamente, a Sociologia e a Antropologia produziram, cada uma, apenas 6 textos (0,87%), enquanto a Ciência Política foi responsável por apenas 2 textos (0,29%). Essa diferença numérica reflete não apenas uma desigualdade na distribuição dos estudos,



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

mas também uma lacuna teórica e analítica dentro da Sociologia e das Ciências Sociais em geral, que historicamente negligenciaram a infância como uma categoria central de análise e a criança como sujeito sociológico.

A análise dos textos da área das Ciências Sociais encontrados na revisão bibliográfica permitiu organizá-los em quatro grupos temáticos principais: (1) “Infância como sujeito jurídico universalizado”, que trata a infância como categoria jurídica ou política, mas sem articular diretamente os processos de racialização (Morello, 2015; Oliveira, 2016; Vanzeler *Et al.*, 2021); (2) “Infâncias negras como sujeitos de direitos”, composto por trabalhos que discutem explicitamente a infância negra como atravessada por relações raciais (Moreira, 2024); (3) “Juventudes racializadas”, com foco em sujeitos negros na adolescência, ainda que tangenciando discussões sobre a infância (Alcantara, 2021; Andrade, 2020; Paz, 2017) e (4) “Processos de racialização desarticulados da infância”, no qual os processos de racialização são tratados de forma ampla, mas sem articulação direta com a categoria da infância (Almeida, 2019; Dias, 2022; Machado, 2023).

Os textos agrupados sob o eixo temático “Infância como sujeito jurídico universalizado” compartilham a característica de tratar a infância como categoria jurídica ou social, sem considerar de forma crítica a racialização como elemento organizador das experiências infantis. Embora reconheçam a criança como sujeito de direitos e discutam políticas públicas relevantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o *Marco Legal da Primeira Infância*, essas produções não mobilizam a infância negra como sujeito epistemológico ou categoria analítica. Em alguns casos, a presença de crianças negras aparece apenas como dado estatístico ou referência lateral (Morello, 2015; Vanzeler *Et al.*, 2021), sem análise crítica das desigualdades raciais implicadas. Em outros, há uma crítica à naturalização da infância (Oliveira, 2016), mas sem avanço na direção de uma abordagem racializada.

Já no grupo temático “Infâncias negras como sujeitos de direitos”, apenas um trabalho foi identificado com foco explícito na articulação entre infância e processos de



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

racialização, o que por si só evidencia a escassez de produções sociológicas comprometidas com essa interseccionalidade. A dissertação de Mariana Rodrigues Moreira (2024) constitui uma inflexão importante: ao colocar a infância negra no centro da análise, a autora articula “*raça*”, *classe* e *gênero* para evidenciar os limites da proteção integral quando desarticulada da luta antirracista. Sua pesquisa explicita a contribuição do movimento negro para o ECA, mobiliza autoras negras e propõe um novo paradigma na Sociologia da Infância, mais atento às perspectivas epistemológicas de base multicultural.

Ademais, os trabalhos agrupados sob a categoria temática “Juventudes racializadas” compartilham o reconhecimento de sujeitos racializados, principalmente adolescentes e jovens periféricos, como foco analítico. No entanto, a infância negra é tratada de forma diluída nas discussões mais amplas sobre juventude, vulnerabilidade social e violência institucional. Os textos analisados evidenciam essa tendência ao priorizar as juventudes como categoria sociológica, sem construir uma abordagem que articule, de forma sistemática, os processos de racialização que ocorrem na infância.

Ainda, os textos reunidos no grupo temático “Processos de racialização desarticulados da infância” analisam criticamente diferentes dinâmicas sociais marcadas pela racialização, como movimentos sociais, políticas públicas, sistema de justiça e imprensa negra, mas sem considerar a infância negra como categoria analítica central. Mesmo que mobilizem autoras e autores negros e dialoguem com epistemologias críticas, as experiências infantis aparecem apenas de forma colateral ou como pano de fundo. Alguns trabalhos reconhecem os efeitos do apagamento das infâncias racializadas, como Almeida (2019) e Machado (2023), ao apontarem os limites que essa ausência impõe à implementação da Lei 10.639/2003. No entanto, não deslocam o foco analítico para esses sujeitos.

Dessa forma, a análise dos dados levantados permite afirmar que a infância negra, embora central para compreender as dinâmicas de reprodução das desigualdades no Brasil, ainda ocupa uma posição periférica na produção sociológica. No plano acadêmico,



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

essa lacuna fragiliza a consolidação de um campo de estudos comprometido com a articulação entre as dinâmicas de racialização e as infâncias: a naturalização da infância como etapa universal da vida ou como categoria abstrata desconsidera os efeitos dessas dinâmicas, que ocorrem desde os primeiros anos de vida.

Do ponto de vista das políticas públicas, essa ausência também tem implicações significativas. A dificuldade de incorporar os processos de racialização na infância nos diagnósticos sociológicos contribui para a formulação de políticas educativas universalizantes, pouco sensíveis às especificidades dos territórios e das experiências infantis em uma perspectiva multicultural. Essa lacuna incide diretamente sobre a implementação da Lei 10.639/2003, que exige a inserção do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas: sem um corpo teórico consolidado sobre infâncias negras, a formação docente, a produção de materiais didáticos e o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas são realizadas descontinuadamente.

Ainda assim, o levantamento bibliográfico revela indícios de deslocamentos epistemológicos em curso. O crescimento recente de produções que incorporam os processos de racialização, ainda que com foco maior em adolescentes e adultos, sinaliza uma mudança progressiva no campo. Trabalhos como o de Moreira (2024), por exemplo, apontam para a emergência de uma nova geração de pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com abordagens multiculturais críticas, com a centralidade da infância negra e com a articulação entre saberes acadêmicos e lutas políticas.

### **Considerações Finais**

As mudanças na sociedade brasileira refletem as transformações que ocorrem nos paradigmas das Ciências Sociais, evidenciando a relação entre produção acadêmica e atuação política. A partir da abertura democrática, políticas voltadas para a educação passaram a ganhar forma. Assim, o percurso teórico, metodológico e analítico deste estudo, sustentado por uma pesquisa documental e bibliográfica, demonstra como contemporaneamente as ações políticas em torno da educação e da primeira infância se



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

intensificaram, coincidindo com o avanço do debate acadêmico e o aumento do número de pesquisas voltadas para a análise dos processos de racialização.

O levantamento bibliográfico evidencia que, após os anos 2000, houve uma confluência entre produção científica e atividades políticas, dentro e fora do Estado, demonstrando que o avanço na formulação de políticas para a educação infantil negra não se deu de forma isolada, mas como parte de um processo mais amplo de mobilização social e transformação institucional. Além disso, a revisão de literatura e o agrupamento analítico em categorias temáticas nos mostram que a problemática abordada acompanha as mudanças e transformações na sociedade. Conforme o termo “racialização” vai compondo o vocabulário de nosso cotidiano, mais pesquisas e trabalhos vão sendo desenvolvidos para analisar e compreender o processo nas relações sociais e acesso às instituições. Até o momento, o levantamento indica que a tendência dos trabalhos nas Ciências Sociais é considerar a infância na chave do sujeito jurídico universalizado, desconsiderando os processos de racialização que organizam as relações sociais, ainda mais nas sociedades culturalmente diversas.

A escassez de produções acadêmicas que reconheçam as crianças negras como sujeitos de direitos e as infâncias negras como categorias analíticas revela a persistência de uma barreira epistemológica que pode ser compreendida através do conceito de *Véu* de Du Bois, haja visto a invisibilização sistemática das experiências e vozes desses sujeitos nos campos das Ciências Sociais e Sociologia.

Podemos concluir, portanto, que o levantamento bibliográfico, à luz das referências teóricas da segunda seção do artigo, nos permite identificar que a educação sempre foi, para os movimentos e organizações negras, um campo estratégico no combate ao racismo e luta por liberdade (Collins, 2009). Essa agência negra na educação ganhou outras proporções no Brasil, especialmente por meio da implementação da Lei 10.639/2003 e suas diretrizes. Entretanto, também notamos um processo de silenciamento, construído historicamente e socialmente, a partir de categorias que invisibilizam as infâncias negras com base em uma suposta universalidade no acesso a



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

direitos básicos. Tal silenciamento tem impactos nas possibilidades de compreensão e melhoria de políticas públicas.

### **Referências**

Alcantara, Jaína Linhares. **“Fazendo os corres” no CUCA Jangurussu: noções e práticas de redução de riscos e danos relacionados ao uso de drogas entre jovens da periferia de Fortaleza (CE).** Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.

Almeida, Sandra Regina Araújo. **A recepção do Pensamento Pan-Africanista no Brasil: A coluna O Mundo Negro em O Clarim d’Alvorada.** Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

Andrade, Daniel Cardoso de. **Afrociberdelia mocamba: Baobáxia na rota digital do Campinho da Independência.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

Appiah, Kwame Anthony. **Lines of Descent: W. E. B. Du Bois and the Emergence of Identity.** Cambridge: Harvard University Press, 2014.

Bourdieu, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** Trad. de Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004.** Brasília: Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: [CNE/CP 003/2004 - MEC - Ministério da Educação](#) . Acesso em: 5 mar. 2025.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004.** Brasília: Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: [res012004.pdf - MEC](#). Acesso em: 5 mar. 2025.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 5 mar. 2025.

Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 5 mar. 2025.



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

Collins, Patricia Hill. Freedom Now! 1968 as a Turning Point for Black American Student Activism. *In: Bhambra. Gurminder K. & Demir, Ipek (Org.). 1968 in Retrospect History, Theory, Alterity.* Londres: Palgrave Macmillan, 2009. p. 3-28.

Dias, Ana. **Interseccionalizando a epistemologia feminista:** olhares em torno das narrativas do crime de feminicídio em Belém do Pará (2006 – 2020). Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.

Du Bois, William Edward Burghardt. **Strivings of the Negro People.** Boston: Atlantic Monthly, 1897.

Du Bois, William Edward Burghardt. **The Conservation of Races.** Washington, D.C.: American Negro Academy, 1897.

Du Bois, William Edward Burghardt. **The Souls of Black Folk:** Essays and Sketches. Chicago: A. C. McClurg & Co., 1903.

Durkheim, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Paulinas, 1989

Fanon, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Salvador: Edufba, 2008.

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Machado, Juliene Tristão. **Habeas corpus coletivo 143.641:** a construção da mulher criminosa em acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024.

Moreira, Mariana Rodrigues. **Uma análise sociológica da proteção integral de crianças e adolescentes negras/os:** contribuições do movimento negro ao ECA. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2024.

Morello, Rafael. **"Atrás do processo tem gente":** Homoparentalidade e suas repercussões no universo da adoção. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

Oliveira, Bruno Henrique Rodrigues de. **PL nº 6998 de 2013:** nas tramas de uma política pública para a primeira infância no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências



## **Multiculturalismo e Infâncias Negras: Perspectivas Sociológicas sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais**

*Vitória Luiza Linné Nobre & Hasani Elioterio dos Santos*

Sociais). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

Parekh, Bhikhu. Teoria política e a sociedade multicultural. **Radical Philosophy**, n. 95, p. 27–32, 1999.

Parekh, Bhikhu. Rethinking multiculturalism: cultural diversity and political theory. **Ethnicities**, v. 1, n. 1, p. 109–115, 2001.

Paz, Mariana Ingrid de Oliveira Pereira. **Discurso, moralidade e punição**: Juventude em conflito com a lei e Família nas representações do Judiciário. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

Santos, Hasani Elioterio. **A teoria da ação social de W.E.B. Du Bois**: a mensagem negra-africana que surge do “acaso”. Tese (Doutorado em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2024.

Silva, Wilker Solidade da. A atualidade dos conceitos de “africanidades brasileiras”, “valores de refúgio” e “enegrecer” da autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva para a pesquisa em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 343–348, 2018.

Vanzeler, Jocilene Costa; Pontes, Fernando Augusto Ramos; Veloso, Milene Maria Xavier; Ramos, Edson Marcos Leal Soares. Violência contra crianças na primeira infância: uma análise dos casos notificados no estado do Pará-Brasil no período de 2009 a 2019. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, 2021.